

Itamar discutirá economia em nova reunião

Brasil

Na reunião de ontem no Planalto, com nova ministra, o tema principal em debate foi a independência do Banco Central

José Varella/AE

BÉATRIZ ABREU

BRASÍLIA — O presidente Itamar Franco decidiu convocar uma ampla reunião para debater a política econômica no dia 16 de fevereiro. A decisão foi anunciada ontem, após a reunião em que o presidente discutiu com o ministro da Fazenda, Paulo Haddad, a nova ministra do Planejamento, Yeda Crusius, e com a equipe econômica a reformulação do sistema financeiro. As discussões de ontem se limitaram à análise do relacionamento do Banco Central (BC) com as instituições financeiras, não avançando sobre o projeto de lei que será encaminhado ao Congresso, no início de março, para a reforma monetária de corte dos três zeros do cruzeiro.

Segundo o ministro Paulo Haddad, a decisão sobre o corte de três zeros não vai criar uma nova pressão inflacionária. "No momento em que o governo decidir cortar os zeros, toda a população vai saber", afirmou. "Por isso não é uma medida inflacionária." A proposta de regulamentação do sistema financeiro que o governo pretende debater com o Congresso, na regulamentação do artigo 192 da Constituição, tem como premissa a independência do Banco Central e a exclusão do texto constitucional da limitação dos juros reais (acima da inflação) em 12%. A equipe econômica irá defender que a limitação dos juros seja remetida à discussão da reforma da Constituição, prevista para outubro.

A independência do BC é defendida pela equipe economi-



Debate no Planalto

Yeda Crusius, Itamar e Haddad discutiram a regulamentação do setor financeiro

ca como uma medida que irá conferir maior transparência nas relações entre o banco e o Tesouro Nacional. Além disso, o acordo da dívida externa prevê que a emissão dos bônus de renegociação da dívida serão emitidos pelo Tesouro e não mais pelo BC. A proposta em discussão é transferir para o Tesouro toda a carteira de

títulos do BC.

A discussão sobre o sistema financeiro nacional envolve, também, uma avaliação sobre o relacionamento entre as instituições federais oficiais de crédito. Os bancos estaduais são um capítulo à parte e o equacionamento dos seus problemas econômico-financeiros será discutido caso a caso.

Por enquanto, a equipe quer assegurar maior controle sobre as operações das instituições oficiais, impedindo a repetição de casos como o da Caixa Econômica Federal, que sistematicamente tem recorrido à ajuda do BC fechar suas posições diárias, segundo um dos participantes da reunião.